



Histórias de vida no livro jornalístico: a poética (auto)biográfica em *Cova 312*, de Daniela Arbex

Cândida de OLIVEIRA¹
Jorge Kanehide IJUIM²

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: Os livros jornalísticos, pelas suas peculiaridades e flexibilidades de composição, constituem espaços oportunos à criação e à partilha de histórias de vida. Livros sobre experiências situadas na ditadura militar brasileira (1964-1985), em particular, instigam a pensar os modos de escrita da vida em articulação com a memória. Recorrendo a estudos teórico-filosóficos acerca do discurso biográfico, do jornalismo e do direito à memória, este trabalho propõe refletir sobre a tessitura da experiência “vivida” na prática jornalística da reportagem a partir de uma análise de *Cova 312*, de Daniela Arbex (2015). Nota-se a inscrição de um jornalismo no “espaço biográfico”, tal como delineado por Arfuch, por meio de uma poética autobiográfica que, no entanto, tensiona a racionalidade que é própria dos relatos de vida, conforme exposição de Rancière, mostrando limites e potencialidades.

Palavras-chave: Livro jornalístico; narrativas biográficas; memória; ditadura militar; Daniela Arbex.

1. Introdução

As histórias de vida constituem uma temática emergente nos estudos em jornalismo nas últimas décadas, quando se identifica um aumento na produção de biografias por jornalistas brasileiros (VILAS-BOAS, 2014; MOURA VIEIRA, 2016; MAIA, 2010). A materialidade do discurso biográfico pode se dar, entretanto, de diferentes mo-

¹ Doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: candida.oliveira07@gmail.com

² Professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP. E-mail: ijuimjor@gmail.com

dos e em variados espaços e tempos. Pelas peculiaridades e flexibilidades em termos de composição, os livros jornalísticos são espaços oportunos para criação e partilha das histórias de vida, seja sob a forma de biografia, perfil, memórias, etc. Se os pensarmos em contraposição a outras modalidades de jornalismo, possuem tempos diferenciados de pesquisa, apuração e edição, extensão e profundidade do relato, possibilidades de operar múltiplas linguagens, etc. Livros sobre experiências situadas na ditadura militar brasileira (1964-1985), em particular, instigam-nos a pensar os modos de escrita da vida em articulação com a memória e a história.

Rancière (2015) observa que o uso do gênero biográfico por historiadores tornou possível à historiografia constituir-se “como um modo de discurso sobre a ‘vida’” (p. 258). Segundo o autor, o biográfico não se restringe a este campo, pois envolve “a paisagem teórica da vida posta em discurso” (p. 252) que é composta por uma poética mais ampla que os métodos desta ou daquela ciência humana. Essa poética é composta de grandes formas que sinalizam as condições mínimas que tornam possível a escrita da vida. É também a partir dessa paisagem que tentamos colocar questões aos usos que jornalistas fazem do gênero biográfico.

Alguns estudos apontam que os jornalistas brasileiros se inserem no campo da biografia a partir dos anos 1960-1970 (VILAS-BOAS, 2014). Para Galvão (2005), teria emergido na década de 1970 um “novo biografismo nativo”, estimulado pela voga internacional na linha de Lejeune (2008). Tais livros propunham relatos de vida a partir de experiências situadas na ditadura militar brasileira (1964-1985), focando sujeitos “da esquerda” que tiveram suas vidas marcadas pela violência do regime autoritário, muitas vezes os próprios jornalistas. Biografias escritas por jornalistas passaram a ser uma constante desde então, difundindo-se a prática de “vasculhar” personagens mais enigmáticos para publicação de livros que iluminam celebridades brasileiras de várias áreas. Segundo Galvão (2005), o novo biografismo teria ainda duas características: “versaria as vidas ou de brasileiros ou de pessoas de interesse crucial para a história do Brasil, pouco divulgadas; [...] defenderia causas progressistas” (p. 356). A lista de jornalistas brasileiros que se lançaram desde então à aventura da reportagem nessa linha é grande, sendo praticamente impossível mapear. Contudo, vários trabalhos procuram ainda nar-

rar histórias marcadas pela violência do período ditatorial, levantando questões sobre as consequências das graves violações de direitos humanos ocorridos naquele período.

Em sua tese, *Poéticas da memória para um jornalismo contemporâneo*, Oliveira (2020) apresenta um breve panorama de livros jornalísticos que abordam experiências e histórias de vida situadas na ditadura. Procura ainda reconhecer políticas de escrita presentes em tais publicações, observando potencialidades e possibilidades estético-políticas. Este trabalho sugere-nos que uma poética biográfica permeia a tessitura da experiência “vivida” em vários desses livros, independente de uma caracterização/categorização como biografia. Nesse sentido, procuramos pensar como o jornalismo articula o biográfico na produção de reportagens sobre a ditadura brasileira.

O presente trabalho apresenta nossa observação do uso de narrativas biográficas no livro *Cova 312*, da jornalista Daniela Arbex (2015)³. Nosso estudo é orientado pelas seguintes questões: Que vidas são escritas nesta reportagem? Como os modos de escrevê-las podem ser relacionados a uma ideia de conhecimento histórico? E da própria vida? A partir disso, procuramos pensar se os modos de escrever a experiência vivida criam ou não oportunidades para ressignificar existências.

Para tanto, recorreremos às reflexões de Arfuch (2010) e Rancière (2011; 2009), entre outros, acerca do biográfico procurando refletir suas aproximações com a prática jornalística e o direito à memória. Em termos metodológicos, a análise e a discussão propostas encontram inspiração no método da igualdade, de Rancière (2014), cujo princípio de igualdade de saberes possibilita desenvolver maneiras de ler e escrever de modo não hierarquizado e com a valorização da intuição, sensibilidades e afetividades do pesquisador na eleição dos textos postos em relação. O trabalho expõe assim um percurso dos movimentos a partir dos quais tentamos relacionar as reflexões teóricas com passagens do livro e de nossas percepções e reflexões.

³ Jornalista, escritora e documentarista, Daniela Arbex foi repórter especial do jornal *Tribuna de Minas*, em Juiz de Fora (MG), por 23 anos, cobrindo assuntos ligados aos direitos humanos. A jornalista é uma das mais premiadas do Brasil - nacionais e internacionais. *Cova 312* obteve o 1º lugar na categoria reportagem do Prêmio Jabuti 2016. Disponível em: www.danielaarbex.com.br. Acesso em: 20 abr 2020.

2. A inscrição da reportagem no espaço biográfico

O termo “biográfico” remete inicialmente a um universo de gêneros discursivos consagrados – biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários, correspondências – que tentam apreender “a qualidade evanescente da vida” (ARFUCH, 2010, p. 15)⁴. A partir da ênfase dada à singularidade de uma experiência “vivida”, tais gêneros seriam “capazes de iluminar instantes e totalidades” e responder a nossa “obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições [...] que é ao mesmo tempo busca de transcendência” (ARFUCH, 2010, p. 15). Após passar por diversas transformações e suspeitas quanto ao seu estatuto de gênero literário ou histórico (DOSSE, 2015), a expansão das “escritas da vida” na cena midiática e nas ciências sociais e humanas (antropologia, sociologia, história, etc.) constituem o que Arfuch denominou como “espaço biográfico”:

[...] uma *especialização* [...] onde confluíam num dado momento formas dissimilares, suscetíveis de serem consideradas numa interdiscursividade sintomática, por si só significantes, mas sem renunciar a uma temporalização, a uma busca de heranças e genealogias, a postular relações de *presença e ausência* (ARFUCH, 2010, p. 22, grifos da autora).

Que relações de “presença e ausência” são estas postuladas pelos relatos sobre histórias de vida? Arfuch (2010, p. 16) afirma que o espaço biográfico constitui um “horizonte de inteligibilidade”, a partir do qual operam tramas de intertextualidades, recorrências, heterogeneidade e hibridações, deslocamentos e “migrâncias” (de um campo a outro). Destaca-se nele o caráter “multifacetário” de “outras maneiras de narrar” (ARFUCH, 2010, p. 20), que não deixam, todavia, de estar em diálogo com gêneros canônicos. A simultaneidade de formas e linguagens e a versatilidade de procedimentos constituiriam assim “narrativas do eu ao mesmo tempo divergentes e complementares” (ARFUCH, 2010, p. 21).

Em *Cova 312*, Arbex (2015, p. 341) afirma: “Revolver o passado é vital para se fazer justiça e para consolidação do estado democrático de direito”. Esta afirmação parece indicar a ideia-guia incrustada na mente da jornalista durante os mais de dez anos em que conduziu o trabalho investigativo que levou à consecução de *Cova 312: A longa*

⁴ A palavra “biografia” tem origem etimológica no grego: *bíos* (ou de vida sua, em latim), que significa vida ou “maneiras de viver”, e *gráphein* (em latim, *graphia*) que designa a ação de gravar, desenhar, escrever ou descrever (DOSSE, 2015).

jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da história do Brasil, publicado em 2015. Traços de uma escrita autobiográfica aparecem no livro, desde o título. A repórter aparece como uma das personagens centrais da história anunciada no título.

A outra personagem é Milton Soares de Castro, o guerrilheiro. Militante no Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e um dos poucos civis a participar da Guerrilha do Caparaó, Milton foi preso junto com outros combatentes da guerrilha, quando esta é desmantelada pela repressão, em abril de 1967, e levado à Penitenciária Regional de Juiz de Fora (MG), popularmente chamada de Penitenciária de Linhares, uma das principais prisões políticas da ditadura brasileira. Milton foi o único preso político encontrado morto nas dependências do presídio. Na versão divulgada pelo Exército, a causa da morte fora suicídio. Porém, seu corpo não foi entregue à família, que passou 35 anos sem saber de seu paradeiro. O livro traz a história da busca da repórter, narrada em primeira pessoa pela própria Arbex, pelo local onde o corpo de Milton poderia estar enterrado e pelo esclarecimento de sua morte.

A história inicia com uma narrativa sobre a chegada da repórter e sua equipe jornalística ao presídio e entrada na Cella 30 de Linhares, em 29 de maio de 2014. O relato não segue uma ordem cronológica linear. A história vai se desenrolando para os leitores conforme se avança no conjunto dos 19 capítulos que compõem o livro. Além da história de reportagem e da vida de Milton, o livro registra relatos da experiência vivida por dezenas de detentos que passaram por Linhares, suas rotinas, seus suplícios e seus medos no cárcere. Tais passagens são narradas em terceira pessoa. As histórias complementam o enredo principal do livro, constando na parte central (Parte II). Nesses capítulos, a narradora expõe as trajetórias dessas personagens na militância, as prisões e sessões de torturas a que foram submetidos, a atuação de familiares que participaram de suas vidas, entre outros aspectos que vão dando “unidade narrativa” à cada história de vida e ao conjunto da obra.

No capítulo “Nasce uma investigação jornalística”, Arbex conta vários aspectos de sua vida profissional, dando ênfase ao trabalho do livro. Após apresentar rapidamente como se deu sua escolha e seu ingresso na profissão, “despertada pela vontade de contar histórias de pessoas” (ARBEX, 2015, p. 89), fala de sua reação e suas intenções

após ter lido uma notícia sobre indenizações às vítimas da tortura praticadas pelos agentes da ditadura no estado de Minas Gerais, publicada no jornal *Tribuna de Minas*, em 2002. Sua prioridade era a área de direitos humanos e alimentava o desejo quase secreto de fazer algo relacionado a esse período da história. “Queria dar minha contribuição como jornalista, mas não sabia de que maneira” (ARBEX, 2015, p. 90).

Em vários momentos, tanto na fase de investigação para a série de reportagens para o jornal, como na etapa de retomada da pauta para a produção do livro, a autora relata seus passos, numa espécie de *making of*, revelando suas dificuldades, frustrações, como também celebrando suas descobertas, achados, encontros felizes. Nesses relatos intimistas, percebemos não só sua concentração e seriedade na apuração, como seu engajamento e nível de responsabilidade social que assumiu ao empenhar-se nesse desafio. Acima de tudo, suas narrativas manifestam como e o quanto “aprendeu-fazendo” jornalismo.

Ao longo da trama, o modo como sua experiência é narrada permite ver os deslizamentos ou sobreposições entre autora, narradora e personagem. Com o relato dessa história em primeira pessoa, ficamos sabendo que Arbex descobriu a existência da sepultura de Milton – a cova de número 312 – em 2002, quando a localizou no Cemitério Municipal de Juiz de Fora, durante uma série de reportagens sobre um grupo de juizesforanos solicitantes de indenização à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura para o *Tribuna de Minas*. A matéria intitulada “Cova 312 - fim de um segredo de 35 anos” integrou a série de reportagens, revelando assim o paradeiro de Milton. O livro conta como se deu esse trabalho jornalístico e retoma a história de vida do militante, trazendo outros elementos e subsídios obtidos a partir de nova etapa da investigação empreendida entre 2014 e 2015. Trouxe informações inéditas sobre sua morte com base na confrontação de documentos forjados pelos agentes da ditadura. Diante dessas passagens, e independente de sua caracterização como reportagem, *Cova 312* parece se inscrever no “espaço biográfico”.

Como entende Arfuch, a expansão desse território está para além de seus usos funcionais e estratégias de mercado. Trata-se, antes, da expressão de “uma tonalidade particular da subjetividade contemporânea” (ARFUCH, 2010, p. 16). A autora enfatiza que o “algo a mais” não seria a diferença entre as mais diversas modalidades ou formas

do biográfico, mas sua coexistência e, sobretudo, uma ordem específica que é a “do relato – da vida – e sua criação narrativa, esse ‘passar a limpo’ a própria história, que nunca se termina de contar” (ARFUCH, 2010, p. 16). O que significa então essa escrita da vida? E quanto às outras histórias de vida?

3. A crítica da razão biográfica: histórias de vida entrelaçadas

A partir de Rancière (2011), entendemos que a ordem específica do relato de vida pode ser entendida a partir de grandes paradigmas teóricos do biográfico. O primeiro deles encontra-se em *Poética* de Aristóteles (1959), que impõe ao historiador apresentar os acontecimentos conforme a ordem em que ocorrem no mundo empírico, enquanto ao poeta, escrever o que poderia ter acontecido a partir de uma causalidade entre as ações relatadas. A poética aristotélica fundamenta o que Rancière (2009) identificou como “regime representativo”.

O segundo grande paradigma, encontrado em *Vidas Paralelas*, de Plutarco, é o das vidas exemplares: “as vidas são contadas para que se possam tirar lições delas” (RANCIÈRE, 2011, p. 255). Nas histórias que seguem o cronotopo da *historie magistra vittae*, entretanto, “as lições existem antes da vida da qual elas devem ser tiradas” (RANCIÈRE, 2011, p. 255), afora se a natureza exemplar é moral ou científica e a despeito de que indivíduo seja. Como Rancière (2011, p. 255) salienta, “o que eles têm para mostrar existe diante deles, independentemente deles, mas não pode ser mostrado exceto pela encarnação que eles emprestam”.

Tanto o paradigma poético de Aristóteles quanto a tradição retórica dos exemplos de vida de Plutarco postulam o encadeamento de ações que “são recortadas do curso natural da vida e traduzem uma forma específica de ser” (RANCIÈRE, 2011, p. 256). Não se trata de qualquer ser. As vidas que interessam a esses modos de escrita são aquelas dos “seres que vivem na esfera da ação [...] ao contrário daqueles que vivem na esfera escura da vida simplesmente reproduzida” (RANCIÈRE, 2011, p. 256). Biografias exemplares, memoráveis, são assim as dos indivíduos que têm uma vida “ativa” e não os que têm vida “passiva”. Dois modos de vida que se opõem.

Ao atentarmos para as racionalidades de visibilidade e inteligibilidade que existiam à época – os regimes ético e representativo como propõe Rancière (2009) –, é

possível compreender que os indivíduos considerados dignos de ter sua vida escrita eram os que se encontram no topo da hierarquia social, os cidadãos livres e ativos, os das ações elevadas, dos “grandes” feitos. Essas escritas da vida correspondem as que Dosse (2015) situou como pertencentes à “idade” ou modalidade heroica.

Rancière (2011, p. 259) expõe que a literatura é que revogou a ordem representativa que separava a vida em duas, e tornou possível à história afirmar-se como ciência. O princípio da biografia passou a ser “mostrar o geral no particular, o século no instante, o mundo em uma sala” (RANCIÈRE, 2011, p. 260). Trata-se de um princípio filosófico-poético – estético – que possibilita à biografia revelar o quê no “como”. Desse modo, a biografia expõe o paradoxo escondido nas condições literárias da ciência histórica (RANCIÈRE, 2011, p. 260), mas ao mesmo tempo, essas condições também minam a credibilidade que esta ciência reivindica. Mas a natureza exemplar da biografia acadêmica volta a se encontrar com o paradigma das vidas exemplares. Ocorre que Plutarco também “considerou que a natureza exemplar das ações narradas era independente da exatidão dos fatos” (RANCIÈRE, 2011, p. 256). A categoria de “vivido”, central para a biografia, resume o paradoxo constitutivo da história-ciência, ou seja, “a abolição da diferença entre a razão dos fatos e a das ficções” (RANCIÈRE, 263).

Mas porque pensar a escrita de vidas no jornalismo a partir de sua escrita acadêmica? Segundo Rancière (2011), o modo jornalístico e popular de contar histórias “é composto pela *banalização de procedimentos provenientes da literatura ‘alta’ e retomada pela história científica*, aqueles que *privilegiam a cena significativa* ao invés do encadeamento linear das ações” (RANCIÈRE, 2011, p. 249-250). Ora, a revolução literária que promove uma renovação do gênero biográfico indica também o que Rancière (2009) denomina como “regime estético”. A escrita jornalística é também tributária dessa revolução, havendo influências mútuas entre jornalismo e história. Essa paisagem poética do biográfico constituído pela literatura é, portanto, a chave para compreender as mudanças que se deram na racionalidade das escritas da vida, independente do campo em que se inscreve aquele que se dedica a escrever histórias de vida.

Rancière alerta ser necessário integrar ao gênero biográfico “a crítica da razão biográfica” (RANCIÈRE, 2011, p. 263), especialmente, a “[...] da categoria da experiência vivida que é solidária com os procedimentos de invenção dos sujeitos, de compo-

sição das histórias e de escrita das cenas” (RANCIÈRE, 2011, p. 264). O nó que liga a escrita de uma vida com uma certa ideia do “como” da vida dá base ao trabalho biográfico crítico. A partir dessas proposições, procuramos refletir se os relatos de vida que identificamos nos livros jornalísticos sobre a ditadura poderiam constituir um trabalho crítico. Retomamos assim nosso exemplo com a questão que parece ainda sem resposta: como as vidas são escritas em *Cova 312*? Vejamos.

A história central do livro é da investigação jornalística empreendida por Arbex. Mas ela é “costurada” com a história de vida do gaúcho Milton Soares de Castro, desde seu nascimento, passando por sua atuação na resistência à ditadura até a sua morte, aos vinte e seis anos, sob a custódia do Estado autoritário. O tempo em que se dão as experiências “vivas” por Milton é o do presente, mesmo tempo do relato sobre a reportagem. A diferença é que são passagens trazidas em capítulos específicos e narradas em terceira pessoa. Desse modo, o livro é constituído por duas histórias, a vida de Milton e a da repórter em seu trabalho investigativo – os caminhos percorridos por Arbex para garimpar informações e documentos que pudessem revelar esses segredos guardados pelos militares. Mas elas se imbricam, em determinadas passagens, visto que a história de Milton é a causalidade que leva a repórter a realizar a reportagem.

Além dessas histórias narradas de modo imbricado, o livro conta experiências vividas por outros presos políticos que passaram pela Penitenciária de Linhares. Nesses outros relatos, o presídio é o cenário principal dos eventos, ponto comum que une as várias histórias de vida, figurando também, se é que se pode dizer, como “personagem” de *Cova 312*. Essa impressão é reforçada pela descrição de aspectos rotineiros desse centro de detenção, certamente desconhecido para muitos brasileiros.

A partir da leitura de *Cova 312* e considerando os trabalhos desenvolvidos pela jornalista, é possível inferir que a escrita do livro denota uma postura ético-política da autora que lhe exigiu conclamar: esquecer é impossível! A exemplo de experiências anteriores – como em *Holocausto brasileiro*, em que desvelou o sofrimento de milhares de pacientes internados à força, por décadas, sem diagnóstico de doença mental, num hospício, em Barbacena/MG –, Arbex quis ouvir vozes silenciadas que passaram pela experiência do cárcere durante a ditadura a fim de prestar sua contribuição para esclarecer dúvidas, omissões, meias verdades dos 21 anos de arbítrio e sanar uma dívida histó-

rica do país com os seus filhos. Que ordem discursiva do biográfico constituiria então esse relato?

Quanto à estrutura e ligações causais, Bruck (2012) observa que as reportagens biográficas quase sempre apresentam histórias dentro de uma ordem cronológica linear – do nascimento à morte do biografado. Isso contribuiria, por um lado, para uma leitura fluente, dinâmica, mantendo o leitor interessado na história e, por outro, indicaria uma tendência à “ilusão biográfica” exposta por Bourdieu. Tal ordem narrativa fica nublada no livro em questão.

Em *Cova 312*, a causalidade não se dá como um encadeamento de ações dentro de uma lógica linear. A série causal que organiza o relato começa e termina com episódios do trabalho jornalístico empreendido por Arbex, ou seja, as ações da repórter. Além disso, as histórias situadas na ditadura também não seguem uma ordem cronológica linear, mas expressiva, ao reunir experiências similares. A causalidade está ligada a essas cenas que se vinculam ao cruzamento de temáticas. Ela possui uma natureza exemplar denotando traços do biografismo antigo à moda Plutarco. Porém, essa natureza exemplar não é moral, mas científica: com raras cenas fantasiosas, o livro carrega o ponto de vista de que uma história não pode ser contada com base em fatos duvidosos. Isso a afasta da tradição das vidas exemplares de Plutarco e a aproxima do modelo biográfico da ciência histórica.

Ao dar ênfase à história da reportagem, o relato apresentado em *Cova 312* tem como fundamento a experiência vivida pela repórter que assim emerge como exemplar por sua prática profissional. Nesse sentido, opera um discurso pedagógico que é próprio do “regime ético” (RANCIÈRE, 2009), evidenciando uma ideia sobre o modo de ser, de dizer e fazer jornalismo. Com isso, é possível inferir que a natureza da exemplaridade em *Cova 312* seria institucional. O ensinamento proposto aí é o de um *ethos* jornalístico a ser adotado por todos que queiram ser repórter e fazer esse tipo de trabalho, *ethos* esse que tem como base certos preceitos consagrados da profissão e que liga sua prática a determinadas ideias de verdade, de justiça e do que seja o direito à informação.

No caso de *Cova 312*, a escrita desliza da posição de repórter-autora à da repórter-personagem marcado principalmente pelo relato em primeira pessoa e pelo uso do nome próprio. Em seu estudo sobre a autoria a partir de biografias escritas por jorna-

listas brasileiros, Moura Viera (2015, p. 184) identificou que esta posição está condicionada à função de repórter. Na prática biográfica estaria implicada assim a construção de uma narrativa orientada por um saber que deriva do trânsito dos autores no campo jornalístico. A poética autobiográfica em *Cova 312* manifesta assim a exemplaridade de um modo de “vida jornalística” apoiada na instituição.

Ao consideramos a vida da personagem Milton como fio condutor da reportagem, e até mesmo as outras que aparecem em *Cova 312*, observamos que a poética de escrita no livro também se distancia do paradigma antigo do biográfico e se aproxima do paradigma da ciência histórica erudita, pois subverte a lógica representativa de Aristotélica e das vidas exemplares de Plutarco das vidas “dignas de serem narradas”. Assim como outros livros jornalísticos que focalizam vidas marcadas pela violência da ditadura, *Cova 312* expõe casos de violações de direitos humanos, colocando em destaque histórias de personagens até então silenciadas. Nesse sentido, destaca a exemplaridade a partir da morte e dos sofrimentos dessas pessoas como tema central, dando espaço aos “vencidos da história” como protagonistas no relato. Uma exemplaridade de natureza moral, que recupera o cronotopo da *historie magistra vittae*, mas de outro modo. Como já mencionamos, “... revolver o passado é vital para se fazer justiça e para consolidação do estado democrático de direito” (ARBEX, 2015, p. 341, grifo nosso). A jornalista torna essas pessoas invisibilizadas em personagens de um momento histórico que não pode ser esquecido para que não se repita no futuro.

Para Boaventura de Sousa Santos (2012), “o grande desafio do direito à memória é o direito ao futuro, mas também ao passado e ao presente”. O sociólogo português diferencia o direito à memória do direito à história. “O direito à história é o direito às histórias silenciadas pelo saber e pelo poder oficial. São aquelas histórias que aprendemos nas escolas e que vigoram como sendo a verdade dos tempos”. Tal história é o que autor chama de sociologia dos ausentes. É o silêncio em relação aos oprimidos, discriminados e ao sofrimento humano. Conforme Santos, o direito à memória é o direito a vivências e experiências pessoais que constituíram as subjetividades e que os indivíduos sentem a necessidade de lembrar, serem lembrados e respeitados por isso. Para ele, as subjetividades de tais memórias permitem apenas o seu conhecimento, jamais sua transmissão. “A verdade para eles está inscrita nos seus corpos, no seu sofrimento. Essa

memória é intransmissiva porque as dimensões do sofrimento nunca se podem transmitir, mas pode ser reconhecida” (SANTOS, 2012).

Lembramos o problema da biografia acadêmica. Nela, “o que é vivido, o ‘como da vida’ [...] preexiste às vidas que devem encarná-lo” (RANCIÈRE, 2011, p. 263). O *ethos* jornalístico e elementos biográficos da vida da repórter e sua atuação profissional, bem como as histórias das vidas das demais personagens são tomados como já dados. A razão biográfica que parece se expressar aí é que a ideia que se faz da vida é que elas seriam dignas de serem narradas porque encarnam determinados ensinamentos que existiriam antes delas. Desse modo, trata-se de uma poética que não envolveria uma crítica propriamente dita, mas seguiria a virada natural do gênero biográfico.

No entanto, podemos dizer que o relato é constituído por um dos procedimentos possíveis à crítica da razão biográfica que é a própria racionalidade do gênero biográfico. *Cova 312* ajusta o “‘vivido’, trabalhando no próprio encontro entre a vida e a escrita” (RANCIÈRE, 2011, p. 264), “ao operar com formas e instituições de escrita a partir das quais constituímos nosso conhecimento histórico da vida” (RANCIÈRE, 2011, p. 265). Vai além das formas de vida escrita que constituem o gênero biográfico como um tipo de história: tais como os registros de arquivo, registros fotográficos, vestígios quaisquer que foram deixados pelas próprias vidas que são narradas na reportagem. Esse trabalho de crítica da razão biográfica atua sob a natureza do nó indissolúvel entre a vida e a escrita, questionar o “como da vida”, partindo da “indissolubilidade do nó entre o objetivo e subjetivo, entre o fato de uma vida que é contada e um procedimento de escrita” (RANCIÈRE, 2011, p. 265).

Ao tratar dos vestígios e “restos” deixados pelas vidas silenciadas pela violência da ditadura, *Cova 312* possibilita “tratar o encontro da vida com a escrita [...] como uma experiência da relação entre as ‘duas vidas’ em torno das quais foram definidas as possíveis discordâncias entre as hierarquias poéticas e as hierarquias sociais” (RANCIÈRE, 2011, p. 266). O relato mostra que as histórias de vida das vítimas da ditadura podem ser narradas, deixando assim o terreno obscuro do esquecimento. Expõe assim essa discordância de quem pode ter sua vida contada. A reportagem expressa assim um gesto que aceitou correr riscos de “encontrar sequências de palavras de caráter incompleto e decidir tratar este caráter incompleto não como uma falta de recursos, mas como o tes-

temunho de uma certa relação de vida com a escrita” (RANCIÈRE, 2011, p. 267), ao lidar com textos, com registros cujo conteúdo factual também se mostrava, de outro, indecível, como, por exemplo, as “narrativas da memória” (OLIVEIRA, 2020) daqueles que passaram pelo cárcere. É também a partir do relato autobiográfico que tais registros vêm a tona, podendo-se dizer que o entrelaçamento das histórias de vida em *Cova 312* revela uma tensão própria do gênero biográfico e que não deixam de reforçar esse encontro da vida com a escrita.

4. Algumas considerações

É consensual pensar que o jornalista encontra um de seus maiores desafios na escrita de vidas em função das relações entre a história e a ficção, uma vez que tais relatos possuem em seu cerne a indistinção entre essas fronteiras. Para tentar resolver essa questão, alguns jornalistas preferem criar diversas opções para uma mesma versão do episódio da vida do biografado, enquanto outros optam por descrever apenas determinado período ou evento da vida da pessoa biografada, muitas vezes por considerarem não ter material confiável e/ou suficiente para sustentar o relato dentro dos “preceitos jornalísticos”. Ainda que cada autor tenha um diferencial ou um estilo próprio, muitos consideram que é através do seu empenho com a “fidedignidade” dos fatos que seu trabalho pode ser reconhecido como reportagem, construção de memória e fonte histórica.

Para além dessa questão, os livros jornalísticos que trazem relatos de vida das vítimas da ditadura sinalizam a continuidade da temática e o interesse de jornalistas em contar essas experiências da vida. Mas eles vão além, colocando em cena existências outras, mostrando ainda que a escrita de gêneros jornalísticos consagrados, como a reportagem, também se transforma de modo imbricado com o biográfico. *Cova 312* é exemplar nesse sentido. As narrativas construídas por Daniela Arbex neste livro constituem, antes de tudo, histórias de vida de pessoas até então invisibilizadas pela história oficial. Elas operam, nesse sentido, o discurso do direito à memória que a coloca como um direito humano.

Para escrever *Cova 312*, Daniela Arbex talvez não tenha sentido o sofrimento de suas personagens em toda dimensão. Mas deixou aflorar sensibilidade e afeto o sufici-

ente para percebermos que experiências de subjetivações foram possíveis durante o desenvolvimento de seu trabalho investigativo e de escrita. Ao compartilhar suas próprias experiências e as histórias de vida que propõe contar, nos brinda também com possibilidades de ressignificação de existências outras com transformações de subjetividades em múltiplas direções. Como afirma Lejeune (2015), a subjetividade se constitui sempre de modo aberto, múltiplo, um “*je*” (eu/jogo). Em outro texto de autocrítica e revisão teórica, afirma: “Hoje, sei que transformar sua vida em narrativa é simplesmente viver. Somos homens (sic) narrativas” (LEJEUNE, 2008, p. 74).

Em suas 296 páginas, a jornalista realiza uma escrita que é também um ato de resistência. Seus esforços verbalizam um “não” aos esforços de esquecimento de um dos momentos mais cruéis da história recente do país. Sua postura ético-política exalta o direito à vida, o direito à dignidade humana e o direito ao acesso à informação, reforçando ideias de que o acesso a essas histórias e a construção destas memórias são passos importantes que podem colaborar para que episódios como a ditadura brasileira não se repitam. Sobretudo, ao aceitar o desafio de narrar essas histórias de vida e compor relatos de modo articulado à indicernibilidade entre o real e o ficcional, Arbex pode contribuir para retirar o véu de episódios obscuros de nossa história, estimulando debates sobre a necessidade de um Estado que assegure o direito à vida e à dignidade humana.

Referências

- ARBEX, Daniela. **Cova 312**. A longa jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da história do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2015. 342 p.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 370 p.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Antônio Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- BRUCK, Mozahir Salomão. O jornalista e a ingenuidade biográfica. In: CARVALHO, Carlos Alberto de; BRUCK, Mozahir Salomão. **Jornalismo**: cenários e encenações. São Paulo: Intermeios, 2012. pp. 103-119.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 55, pp. 350-366, set./dez. 2005.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEJEUNE, Philippe. Um “jê” de pistas. In: LEJEUNE, Philippe. **Écrire sa vie**: du pacte au patrimoine autobiographique. Paris: Mauconduit, 2015. pp. 11-25.

MAIA, Marta R. Jornalismo biográfico. **Suplemento literário de Minas Gerais**: Especial Biografias. Fórum das letras de Ouro Preto. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Maio/2010. (Edição Especial). pp. 18-19.

MOURA VIEIRA, Karine. **Do fazer um saber**: a construção do biografar: o discurso de autoria sobre a prática jornalística na produção de biografias por jornalistas brasileiros. Tese (Doutorado) [Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação]. 212 p. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2015.

OLIVEIRA, Cândida de. **Poéticas da memória para um jornalismo contemporâneo**: políticas da escrita em livros jornalísticos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Tese (Doutorado) [Programa de Pós-Graduação em Jornalismo]. 254 p. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009. 72 p.

RANCIÈRE, Jacques. **El historiador, la literatura y el género biográfico**. In: RANCIÈRE, Jacques. Política de la literatura. Traducción Marcelo G. Burello; Lucía Vogelfang; J. L. Caputo. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2011. pp. 247-268.

RANCIÈRE, Jacques. **El método de la igualdad**. Conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan - 18 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014. 256 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa in NASSIF, Maria Inês. A memória como direito e tarefa civilizatória. **Portal Carta Maior** (online). 29/01/2012. Disponível em: <https://bit.ly/2PBzCN9>. Acesso em: 1º ago 2020.

VILAS BOAS, Sérgio. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.